



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Prefeitura de Marcelino Ramos

Marcelino Ramos, 29 de janeiro de 2021.

Ofício nº 050/2021

Excelentíssimo Senhor:

Vereador SERGIO ALEXANDRI

DD. Presidente da Câmara de Vereadores

MARCELINO RAMOS - RS

Assunto: **Encaminhamento do Projeto de Emenda à Lei Orgânica Municipal nº 016/2021**

Excelentíssimo Senhor Presidente:

VANNEI MAFISSONI, Prefeito Municipal, nos termos do art. 43, inciso II, da Lei Orgânica do Município, vem encaminhar, para apreciação, em regime de urgência especial, o Projeto de Emenda à Lei Orgânica Municipal nº 016/2021, que **“Dá nova redação ao art. 91 da Lei Orgânica Municipal de 03 de novembro de 1999 e dá outras providências”**.

O Projeto visa adequar a redação da lei e a necessária vedação nela contida, à realidade de nosso município, visto que, o excesso de limitações ao poder de contratar podem gerar injustiça social e prejuízos ao município, visto que, limitam excessivamente o número de fornecedores locais.

Precisamos lembrar que nosso Município é pequeno e que a maioria dos agentes públicos possuem muitos vínculos de parentesco.

Pela importância que o referido Projeto de Lei representa ao Município, solicitamos a sua aprovação.

Respeitosamente,


Vannei Mafissoni,
Prefeito Municipal.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Prefeitura de Marcelino Ramos

PROJETO EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 016/2021, de 29 de janeiro de 2021.

Câmara Municipal de Vereadores
de Marcelino Ramos

Protocolo de Entrada nº 161/2021
Data: 29 / 01 / 2021


Agente Administrativo Técnico

**Dá nova redação ao art. 91 da Lei Orgânica
Municipal de 03 de novembro de 1999 e dá
outras providências.**

A **Mesa Diretora** da Câmara de Vereadores de Marcelino Ramos, nos termos do artigo 32, inciso IV e artigo 43, §2º da Lei Orgânica do Município,

PROMULGA, a seguinte Emenda à Lei Orgânica Municipal:

Art. 1º O caput do art. 91 da Lei Orgânica Municipal de 03 de novembro de 1999 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 91. O Prefeito, o Vice-Prefeito, os Vereadores e os servidores municipais, bem como as pessoas ligadas a qualquer deles por matrimônio ou parentesco em linha reta até o segundo grau ou por adoção, não poderão contratar com Município, subsistindo a proibição até seis meses após findas as respectivas funções.

[...]”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, no local de costume.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE MARCELINO RAMOS, RS,
em 29 de janeiro de 2021.


VANNEI MAFISSONI,
Prefeito Municipal.